



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA**



EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, NA FORMA ELETRÔNICA, COM PARTICIPAÇÃO AMPLA, PROCESSO AA.907.1.001842/19-51 - MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA – MDER/PI.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 - CPL/MDER/SESAPI.

O Estado do Piauí, através da **MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA – MDER**, por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MDER** torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 6.301/2013; Decreto Estadual nº 11.319/2004; Decreto Estadual nº 11.346/2004; Decreto Estadual nº 16.212/2015 e Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, dia e horário discriminados na **Parte Específica** deste Edital.
- 1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
- 2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes.
- 2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o valor total da contratação e os preços unitários e globais estimados em relação a cada item.
- 2.4. A forma de fornecimento do objeto será definida na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência, Anexo I.



2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do Banco do Brasil S/A e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os Proponentes interessados em participar desta licitação ou ter acesso ao aplicativo *licitações-e* deverão efetuar seus credenciamentos junto ao órgão provedor do sistema - Agências do Banco do Brasil sediadas no País - onde receberão chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), de acordo com as informações constantes no portal www.licitacoes-e.com.br, e deverão estar aptos para encaminhar as propostas comerciais por meio eletrônico até a hora e data indicadas no subitem 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão aderir ao sistema *licitações-e* e cadastrar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), conforme procedimento contido no manual do fornecedor, disponível no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

3.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha pessoal, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil ou à Contratante a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha pessoal, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou quebra do seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, o Banco do Brasil, para imediato bloqueio do acesso.

3.6. O credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada em todos os itens integrantes de cada item ou lote, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em uma eventual negociação entre as partes.

3.7. Caberá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. Os interessados em participar do Pregão poderão obter maiores informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil, telefone: 0800 729 0500, ou diretamente no site “www.licitacoes-e.com.br”.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



que tenham optado pelo cadastramento no Sistema do Banco do Brasil através do portal licitações-e.com.br.

4.1.1. O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 e Decreto Estadual 16.212/2015.

4.2.1. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, comprometendo-se a apresentar documentação comprobatória caso venha a ser declarada a vencedora do certame valendo-se do benefício.

4.2.2. Para efeito do previsto no subitem anterior, o licitante deverá encaminhar referida declaração junto com os documentos de habilitação, dentro do prazo previsto no subitem 8.1.

4.2.3. A ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

4.3. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes e seus representantes legais previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico do Banco do Brasil, conforme item 3 deste edital.

4.4. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

4.4.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

4.4.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

4.4.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

4.4.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

4.4.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 4.4.4.



- 4.4.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;
- 4.4.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- 4.4.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 4.4.1;
- 4.4.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 4.4.9.
- 4.5. Não poderão participar desta licitação:
- a) Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - b) Empresas e empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, inclusive verificado junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);
 - c) Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidade da administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida, inclusive verificado junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);
 - d) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
 - e) O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;
 - f) Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, ou sócios, sejam servidores, empregados, ocupantes de cargo comissionado do Estado do Piauí, ou responsável pela licitação da Contratante;
 - g) Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

5. DO ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

5.1. Como requisito para participação do pregoeiro, o licitante deverá manifestar, antes de registrar sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno atendimento aos requisitos da habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e todos os seus anexos, sujeitando-se às sanções legais e as previstas neste Edital na hipótese de declaração falsa.

5.2. O PROPONENTE deverá encaminhar sua proposta comercial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, devendo constar o VALOR GLOBAL e UNITÁRIO do objeto ofertado, com vista à verificação de sua aceitabilidade, sob pena de desclassificação, exclusivamente por meio eletrônico.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



- 5.2.1. Deverá constar ainda a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item.
- 5.2.2. Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.
- 5.3. Junto ao valor global da proposta deverão estar inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas relativas à execução do objeto.
- 5.4. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação.
- 5.5. Não será admitida proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescido dos respectivos encargos, conforme o §3º do artigo 44 da Lei nº 8.666/93.
- 5.6. Não serão aceitos preços unitários e totais finais superiores aos fixados neste Edital.
- 5.7. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá utilizar campo próprio para a especificação das características do objeto ofertado.
- 5.8. Caso o PROPONENTE anexe qualquer arquivo contendo informações não exigidas no Edital ou que somente deveriam ser apresentadas em outra etapa da licitação, o órgão licitante não efetuará sua análise.
- 5.9. Até a data e hora definidas para a abertura das propostas, os PROPONENTES poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.10. A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública, ressalvada a definição de prazo maior na **Parte Específica** deste Edital.
- 5.11. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com o acompanhamento pelos participantes em tempo real.

6. DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES

- 6.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço por lote, item ou adjudicação global, conforme definições estabelecidas na **Parte Específica** deste Edital.
- 6.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.3. Na condução da fase pública do pregão eletrônico, o Pregoeiro, desde a abertura inicial dos lances até o resultado final do certame, irá avisar previamente aos licitantes, via sistema (*chat*), sobre eventual suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previsto para a reabertura da sessão.
- 6.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



- 6.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, sendo que o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será definido na **Parte Específica** deste Edital, se for o caso.
- 6.9. O licitante poderá oferecer lance superior ao menor lance registrado no sistema, desde que inferior ao último por ele ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.
- 6.10. Não serão admitidos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 6.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 6.13. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.14. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes pelo sistema eletrônico.
- 6.15. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.17. Logo após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, ou por sociedade cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei 11.488/2007, e houver proposta apresentada por alguma das referidas entidades em até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.17.1. A Administração declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa mais bem



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

6.17.2. Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

6.17.3. Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

6.17.4. O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, conforme regras estabelecidas neste edital;

6.17.5. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas ou cooperativas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

6.17.6. Caso não ocorra a contratação de microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada ou cooperativa, nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

6.18. Em caso de eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.18.1. Produzidos no País;

6.18.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.18.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.19. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, o sistema eletrônico procederá à classificação final das licitantes. Somente então o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.



6.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Após o final da etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta de preços, em arquivo único, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas pelo próprio sistema eletrônico ou para o e-mail do Pregoeiro da sessão, contendo as especificações detalhadas do objeto, obedecendo integralmente ao **Anexo IV** deste edital (**formulário de apresentação de proposta de preços**).

7.1.1. A proposta deverá indicar a MARCA e o MODELO de todos os itens ofertados.

7.1.2. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de CATALÓGO dos itens cotados, que deverá ser apresentado no prazo máximo de 03 (três) dias.

7.1.3. Os documentos enviados por meio eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação e da convocação dos licitantes remanescentes da ordem de classificação. Neste caso, todas as folhas que integrem a proposta deverão estar assinadas e rubricadas pelo representante legal da proponente.

7.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor previsto no edital e a compatibilidade com as especificações técnicas do objeto, levando em consideração a última oferta oferecida pelo licitante na sessão.

7.3. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer ofertas de vantagens ou condições não previstas no instrumento convocatório.

7.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.5. Somente será considerada como a vencedora da licitação a proponente que apresentar o menor preço e a proposta comercial de acordo com todas as condições fixadas neste edital e seus anexos, após a equalização, classificação e realização dos lances, e que seja devidamente habilitada nos termos do item 8 deste edital.

7.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências contidas neste edital e anexos, extrapolem o preço máximo fixado, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, ou manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas que não venham a ser demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

7.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.7.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecução;

7.7.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.7.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.7.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

7.7.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.7.6 Estudos setoriais;

7.7.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.7.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.7.9 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.8. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o Pregoeiro exigirá apresentação de amostra do item no prazo de **10 (dez) dias corridos**.

7.8.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

7.8.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

7.8.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.

7.8.4. Em até 2 (dois) dias úteis após o prazo de envio da amostra, a Contratante remeterá ao Pregoeiro relatório, aprovando ou desaprovaando o item submetido à análise prévia.

7.8.5. Em sendo desaprovaado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o Pregoeiro deverá notificar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.

7.8.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a compatibilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.8.7. A amostra aprovada pela Contratante servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

7.8.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição editalícia.

7.8.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.

7.8.10. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Contratante para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

7.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital.

7.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.11. No caso de divergência entre o valor da cotação por extenso e em algarismo cardinal, será considerada a primeira, e havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário, notadamente para efeito de julgamento e classificação das propostas de preços.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O licitante detentor da melhor proposta deverá encaminhar todos os documentos para a habilitação, em original ou cópia autenticada por cartório, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do primeiro dia útil seguinte à realização da sessão, ou, no caso da convocação de empresa remanescente, a contar do dia útil seguinte da data de sua solicitação, os documentos necessários para a comprovação de sua habilitação, ficando esclarecido que o descumprimento de tal obrigação implicará na inabilitação da licitante e a sujeitará às sanções previstas neste edital.

8.1.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do **Cadastramento Unificado de Fornecedores – CADUF/PI** (*habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira*), com fundamento no artigo 2º do Decreto 11.320/2004 e no artigo 4º, XIV, da Lei nº 10.520/02 c/c §2º, do artigo 34, da Lei nº 8.666/93.

8.1.2. A apresentação de Certidão de Regularidade Cadastral junto ao CADUF/PI somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.3. Caso a empresa não esteja inscrita no CADUF/PI ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes bancos de dados:

8.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

8.2.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU.

8.2.5. Ao Cadastro de Impedidos de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI.

8.3. A consulta aos cadastros referidos no item anterior poderá ser feita pelo Pregoeiro em qualquer momento do procedimento licitatório.

8.4. Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas ou sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as seguintes regras:

8.4.1. A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.4.3. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

8.4.4. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.5. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.6. Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório da indicação de seus administradores;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte – segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;
- f) No caso de cooperativa, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNEA, do IBGE.
- h) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.
- i) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na **Parte Específica** deste Edital.

8.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observado o prazo de validade constante na própria certidão.
- b) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, bem como os índices contábeis exigidos, deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta escrita, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.6.4. REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7. Se, pelas documentações fornecidas diretamente pelo representante legal, não se puder inferir que o subscritor de tais declarações tem poderes para representar a empresa, esta será inabilitada.



8.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.9. A licitante ainda deverá apresentar declaração de que inexistente, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme modelo constante no Anexo VIII do Edital.

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, conforme endereço definido na **Parte Específica** deste Edital, que também especificará o sítio onde será divulgada a resposta do Pregoeiro.

9.2. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

9.3. Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no site mencionado na **Parte Específica** deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Legislação, devendo protocolar o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública

10.2. Qualquer pedido de impugnação deverá ser enviado para o endereço eletrônico e protocolo constantes na **Parte Específica** deste Edital.



10.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e divulgar o resultado através do Sistema no endereço eletrônico mencionado na **Parte Específica** deste Edital.

10.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Encerrada a fase de habilitação e declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo, que terá a duração de no mínimo 20 (vinte) minutos, para que qualquer Licitante possa, de forma imediata e motivada e em campo próprio do Sistema, manifestar a sua intenção de recurso. Após o término do prazo determinado pelo Pregoeiro, o Sistema encerrará automaticamente, quando será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes intimados para, se assim desejar, apresentar as contrarrazões em igual prazo, que iniciará imediatamente após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa dos seus interesses.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 Os originais dos recursos deverão ser entregues em horário e local a serem definidos na **Parte Específica** deste Edital.

11.6 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO CONTRATO

13.1. Para a aquisição do objeto junto ao licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



13.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

13.3. A recusa da execução do objeto ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

13.4. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o contrato, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do ato, prorrogável por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para assinar o contrato, após a negociação e a verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação; se a Licitante vencedora não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, será aplicado o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, independentemente das sanções previstas neste edital e no contrato.

13.6. Até a assinatura do Contrato, a proposta da Licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Contratante tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.7. Ocorrendo a desclassificação da proposta da Licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Contratante poderá convocar as Licitantes remanescentes, observando o disposto no subitem 7.10 deste Edital.

13.8. O Contrato a ser firmado em decorrência deste Pregão poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

13.9. Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas à Licitante vencedora as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e no contrato a ser firmado entre as partes.

13.10. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Estadual nº 11.319, de 2004.

13.11. A associação da Licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação estão condicionadas à manutenção das condições de habilitação e só serão admitidas quando apresentada documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio e por escrito da Contratante, e desde que não afetem a boa execução do Contrato.



13.12. Na minuta do Contrato constante do Anexo III estão fixadas as responsabilidades das partes, sanções ao contratado e demais obrigações contratuais.

13.13. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A **Parte Específica do Contrato** definirá o seu prazo de vigência.

14.2. O contrato terá início no dia de sua assinatura, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

14.3. É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

14.4. Fica resguardado o prazo de garantia do bem adquirido.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou adjudicatário que:

15.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.7.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.4. As sanções serão aplicadas de acordo com a Lei Estadual nº 6.782/2016 e Decreto Estadual nº. 11.319/2004, facultada a defesa prévia da interessada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

15.6. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas no contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

17. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. As condições de pagamento ao contratado encontram-se previstas no Termo de Contrato e no Decreto Estadual nº 15.093/2013, arts. 5º e 6º.

19. DO PREÇO

19.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão controlador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

19.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao normalmente praticado no mercado, o órgão controlador procederá da seguinte forma:

19.2.1. Deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua regular adequação aos preços de mercado;

19.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor deverá ser liberado dos compromissos assumidos;

19.2.3. Convocará os demais fornecedores registrados, se houver, visando igual oportunidade de negociação.

19.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice definido na **Parte Específica** deste Edital exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.4. A atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos no item 19.3 deste edital para a variação do valor contratual.



20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. A **Parte Específica** deste Edital poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor como condição para a assinatura do contrato.

20.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

20.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

20.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas na **Parte Específica** deste edital.

21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ou ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

21.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na Lei n.º 8.666/93 art. 59, parágrafo único.

21.3. No caso de revogação ou anulação da presente licitação ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

22.1. O órgão gerenciador da ata de registro de preços decorrente desta licitação será definido na **Parte Específica** deste edital.

22.2. Caso haja a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, estes serão indicados na **Parte Específica** deste Edital.

23. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Os órgãos ou entes que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Secretaria de Administração e Previdência, na forma do art. 35, § 5º, V, da Lei Complementar Estadual nº



28/2003, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

23.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

23.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

23.5.1. Caberá à Secretaria de Administração e Previdência autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor (es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

24.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



24.5. O Registro de preços não obriga a Administração a firmar qualquer contratação, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do Sistema de Registro a preferência de fornecimento em igualdades de condições.

24.6. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá validade de 12 (doze) meses, admitida uma única prorrogação, conforme art. 3º da Lei Estadual 6.301/2013 e art. 11º do Decreto Estadual 11.319/2004.

24.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

25.1. A **Parte Específica** deste Edital definirá a formação de cadastro de reserva para o registro de preços.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL apresentada.

26.2. A licitante vencedora deverá indicar o nome do representante legal da empresa, para fins de assinatura da futura “Ordem de Fornecimento dos Materiais”, acompanhados de cópia do instrumento legal que lhe confere tais poderes.

26.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado do Piauí, através da Contratante, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e as exatas compreensões das formalidades.

26.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

26.6. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

22.7. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.8. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

26.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



26.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão Eletrônico.

26.11. Aos casos omissos e às questões suscitadas durante a vigência do mesmo, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520 de 2002, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual 11.346/04.

26.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

26.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

26.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

- A) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- B) ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- C) ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;
- D) ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- E) ANEXO V - DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- F) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS;
- G) ANEXO VII - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS;
- H) ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Endereço Eletrônico: https://www.licitacoes-e.com.br Início do Acolhimento das propostas: 31/07/2020 às 14h00min; Limite do Acolhimento de propostas: 12/08/2020 às 14h00min;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



	<p>Abertura das Propostas de Preços: 12/08/2020 às 14h00min;</p> <p>Início da Sessão de Disputa de Preços: 18/08/2020 às 14h30min.</p> <p>Local: Endereço: Av. Higino Cunha, bairro Ilhotas, Teresina-PI, CEP 64.014-220, Comissão Permanente de Licitação - MDER.</p> <p>INFORMAÇÕES: cpl@mderp.pi.gov.br, Telefone: (86) 3228-1053, ramal 294,</p> <p>Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo serão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.</p>
2.1	O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual e futuro fornecimento de material médico hospitalar, visando o atendimento das necessidades da Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER , conforme quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
2.2	(X) A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
2.3	2.3.1. <u>Será adotado o orçamento sigiloso para o presente certame</u> , que será divulgado imediatamente após o encerramento da fase de lances, conforme justificativa acostada aos autos do Processo Administrativo nº AA.907.1.001842/19-51, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União, mantendo-se sigiloso o orçamento estimado até a finalização da fase de lances, com o objetivo de obter proposta mais vantajosa. (Acórdão 2080/2012 – Plenário – TCU; Acórdão nº 2150/2015 – Plenário). 2.3.2. Os valores estimados para o presente certame, referentes à tabela elencada no item 20 do Termo de Referência, foram referendados pelo Parecer nº 212/2020/CGE-PI/GAB/CGA/NSSSP, sendo que os preços unitários e globais estimados representam os valores máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.
2.4	O fornecimento do objeto ocorrerá de forma <i>parcelada</i> , de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
4.5	(X) Não poderão participar desta licitação consorcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
5.10	A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



	abertura da sessão pública.
6.1	(X) Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as condições definidas neste edital e anexos
6.8	(X) Não será estipulado intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.
8.6.1., “h”	h) No caso de exercício de atividade de comercialização de material médico hospitalar: Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos termos dos artigos 50 da Lei 6.360/76.
8.6.1., “i”	<p>i. A empresa deverá entregar, no ato da habilitação das propostas arrematadas, os seguintes documentos, dentro do seu prazo de validade, em original ou em cópia autenticada:</p> <p>i.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, pertinente e compatível (is) com o objeto desta licitação, podendo o (s) mesmo (s) ser (em) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado caso o (s) atestado (s) seja (m) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito privado, deverá (ão) preferencialmente ser (em) apresentado (s) com firma reconhecida em cartório, não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante;</p> <p>i.2. Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos termos do artigo 50 da Lei nº 6.360/76;</p> <p>i.3. Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da licitante;</p> <p>i.4. Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União. Será permitida a apresentação de cópia autenticada do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à ANVISA, desde que tenha sido requerido nos termos do §6º do artigo 12 da Lei nº 6.360/76, em nome da licitante.</p> <p>i.4.1. Caso o produto cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o produto de registro.</p> <p>i.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada e estar dentro do prazo de validade.</p>
8.6.2., “a”	a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
9.1	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico cpl@mder.pi.gov.br , sendo que a resposta será encaminhada ao e-mail da solicitante e divulgada no sítio http://www.licitacoes-e.com.br .
9.3	Cópias dos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas no endereço eletrônico



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



	http://www.licitacoes-e.com.br e encaminhados por e-mail.
10.2	O pedido de impugnação deverá ser enviado ao endereço eletrônico cpl@mder.pi.gov.br também deverá ser protocolado no endereço: Av. Higino Cunha, bairro Ilhotas, Teresina-PI, CEP 64.014-220, Protocolo - MDER. Telefone: (86) 3228-1053, ramal 294. Horário de Expediente: Segunda a Sexta-feira, das 07h30min às 13h30min.
10.3	O Pregoeiro divulgará o resultado da impugnação no endereço eletrônico http://www.licitacoes-e.com.br , e encaminhará por e-mail.
11.5	Os originais dos recursos serão entregues no endereço: Av. Higino Cunha, bairro Ilhotas, Teresina-PI, CEP 64.014-220, Protocolo/MDER, Telefone: (86) 3228-1053, Horário de Expediente: Segunda a Sexta-feira, das 07h30min às 13h30min.
19.3	Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, calculado pelo IBGE.
20.1	(X) Não será exigida garantia de execução do licitante vencedor.
22.1	(X) O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será a Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI, conforme delegação específica emitida para tal fim pela Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí – SEADPREV.
22.2	(X) Não haverá a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual neste certame.
25.1.	(X) Não haverá formação de cadastro de reserva.
26.12	O presente edital poderá ser retirado nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.licitacoes-e.com.br , http://www.mder.pi.gov.br/ , e https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/ . Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica .

Teresina-PI, 29 de julho de 2020.

Francisco de Macêdo Neto
Diretor Geral – MDER



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020.
PROCESSO Nº AA.907.1.001842/19-51.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, o estabelecimento de elementos mínimos necessários para subsidiar registro de preços para eventual e futuro fornecimento de material médico hospitalar, visando o atendimento das necessidades da Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER, em conformidade com o disposto nos autos do aludido processo, a fim de evitar a descontinuidade das atividades desempenhadas pelo supracitado setor, de acordo com as especificações descritas no item 20 do presente termo.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de material médico hospitalar, visando o atendimento das necessidades da Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER, objeto desta contratação, correrão por conta de créditos orçamentários da Lei Orçamentária em vigor.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação dar-se-á por meio de seleção de proposta mais vantajosa, pelo atendimento às condições estabelecidas no edital, obedecendo ao critério do menor preço por item, através de procedimento licitatório na modalidade Pregão, com amparo legal disposto na Lei nº. 10.520 de 17/07/02, no Decreto nº. 3.555 de 08/08/00 - regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, no Decreto nº. 10.024 de 20/09/19 que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, subsidiados pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, e na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor - CDC.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto desta licitação enquadra-se como bem comum, conforme definido no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, tendo como base especificações usuais no mercado.



5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO AS ME's, EPP's e MEI's EM CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES PÚBLICAS.

5.1. Considerando as disposições contidas no art. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/06, modificada pela LC 147/14, que estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante;

5.2. Ademais, como forma de se admitirem critérios diferenciados de contratações para micro e pequenas empresas, a Lei Complementar 123/06 (alterada em 2014 pela Lei Complementar 147/14) define que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

5.3. Assim, dispõe a legislação que, em casos de licitações para celebração de contratos acima de R\$ 80.000,00, o ente público deverá estabelecer, desde que se trate de certame para a aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.4. Trata-se de um sistema de cotas criado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, garantindo a estas entidades a realização de licitação dividida em dois itens, sendo que um destes itens não admitirá a participação de pessoas jurídicas que não estejam contempladas no regime especial da Lei Complementar.

5.5. As Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI poderão participar de ambos os itens da licitação, sendo **classificadas dentro da ampla concorrência para a contratação de 95% (noventa e cinco por cento) do objeto e se submetendo a outra classificação, somente com empresas de mesmo porte, aos 5% (cinco por cento) restantes.**

5.6. Finalmente, a regulamentação da Lei Complementar nº 123/06, modificada pela LC 147/14, nos termos dos §§ 2º e 3º e caput do 5º do Decreto Estadual nº 16.212/2015, de 05 de outubro de 2015, resolve estabelecer, quantitativos dos itens exclusivos desta licitação para microempresas, empresas de pequeno porte, inclusive as Microempreendedoras Individuais – MEI e cooperativas na seguinte forma:

5.6.1. **Os itens (Cota Reservada): correspondente a 5% (cinco por cento)** das quantidades do produto, destinado à participação exclusiva das ME/EPP/MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

5.7. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.



5.8. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

5.9. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do **Decreto Estadual nº. 16.212 de 05 de outubro de 2015**.

6. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Inicialmente, cumpre esclarecer que o ato administrativo para ser lícito e legítimo, deve atender aos fins públicos a que se destina. Esse é o princípio da finalidade que corresponde a uma orientação obrigatória da atividade administrativa ao interesse público.

6.2. A doutrina pátria é pacífica no entendimento de que a inexistência do motivo como fundamento para a prática de qualquer ato administrativo acarreta a sua nulidade e, para a aferição da validade dos atos do poder público, isto é, para a verificação de sua conformação com o sistema normativo, faz-se indispensável examinar os motivos que levaram à sua produção.

6.3. Trata-se de justificativa visando à instrução de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, para registro de preços de eventual e futuro fornecimento de material médico hospitalar, visando o atendimento das necessidades da Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER.

6.4. A Maternidade Dona Evangelina Rosa presta serviço de saúde contínuo e ininterrupto, realizando procedimentos cirúrgicos e assistenciais de urgência e emergência, havendo a necessidade de manter seus equipamentos disponíveis e em bom estado de conservação para que não gere riscos e falhas nos procedimentos a serem realizados.

6.5. Considerando a necessidade de adequação da Maternidade Dona Evangelina Rosa às normas da ANVISA RDC 63, de 25 de novembro de 2011, art. 53 – que dispõe o serviço de saúde deve garantir a disponibilidade dos equipamentos, materiais, insumos e medicamentos de acordo com a complexidade do serviço e necessários ao atendimento da demanda. Fazendo-se necessários para garantir o perfeito funcionamento de todos os equipamentos utilizados no serviço de assistência aos usuários da instituição.

6.6. A Administração Pública é regida por princípios e regras, os quais devem ser fielmente cumpridos, sendo permitido à administração atuar apenas no que a lei permite. São princípios que devem ser observados: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além dos supra-princípios supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.

6.7. A Maternidade Dona Evangelina Rosa realiza em média 1.200 (um mil e duzentos) atendimentos/mês, entre urgência e ambulatorio, com prioridade aos atendimentos de alto risco



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



referenciados na capital e no interior, com alta rotatividade, exigindo continuidade efetiva do fornecimento de materiais médico hospitalares, atendendo os mais variados tipos de complicações de saúde.

6.8. A aquisição ora pretendida é necessária para a Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER, ser uma constituição de referência para o Estado, com atendimento de 24 horas por dia em alta complexidade obstétrica e neonatal, atualmente possuindo 258 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO) leitos, nos quais 30(trinta) de UTI Neonatal, 20(vinte) de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional – UCINCo, 17 (dezessete) de Cuidados Intermediários Canguru – UCINCa e 8(oito) de Uti Materna, apresentando uma taxa de ocupação superior a 95 por cento, considerado muito elevada mesmo para o parâmetro SUS;

6.9. Considerando a enorme quantidade de pacientes que buscam este serviço público de saúde, o qual não pode em nenhuma hipótese sofrer descontinuidade no atendimento, pois se assim acontecer trará diversos transtornos aos usuários e servidores;

6.10. Considerando que para esta Maternidade que converge os casos com maior gravidade Materna e Neonatal, com impositiva necessidade de aporte terapêutico sem o qual pode ocorrer a evolução inexorável para o êxito letal;

6.11. Por considerar oportuno, reitera-se que a falta de material médico hospitalar pode trazer danos irreversíveis à saúde e ou a vida dos pacientes internados nessa Unidade de Saúde, visto que aquisição desses proporciona um processo terapêutico eficiente que objetiva a segurança e condições de assistência adequada pela equipe multiprofissional, possibilitando reverter situações críticas, diminuindo consideravelmente, os riscos de morte para o binômio mãe – filho.

6.12. A economicidade na contratação de material médico hospitalar, objetos do presente Termo de Referência, deverá ser obtida pelo recurso da competitividade entre as empresas do ramo pertinente ao objeto solicitado, com a realização de procedimento licitatório, por meio de pregão eletrônico.

6.13. Diante do exposto, faz-se necessário a realização de procedimento licitatório para registro de preços para eventual e futuro fornecimento de material médico hospitalar, destinados para os destinados ao atendimento das necessidades da Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa - MDER, em conformidade com o disposto nos autos do aludido processo, evitando a descontinuidade das atividades desempenhadas.

7. DO VALOR ESTIMADO

7.1. Será adotado o orçamento sigiloso para o presente certame, que será divulgado imediatamente após o encerramento da fase de lances, conforme justificativa acostada aos autos do Processo Administrativo nº AA.907.1.001842/19-51, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União, mantendo-se sigiloso o orçamento estimado até a finalização da fase de lances, com o objetivo de



obter proposta mais vantajosa. (Acórdão 2080/2012 – Plenário – TCU; Acórdão nº 2150/2015 – Plenário).

7.2. Os valores estimados para o presente certame, referentes à tabela elencada no item 20 deste Termo de Referência, foram referendados pelo Parecer nº 212/2020/CGE-PI/GAB/CGA/NSSSP, sendo que os preços unitários e globais estimados representam os valores máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.

8. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

8.1. Os produtos materiais deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, sendo que os três primeiros meses compreendem a garantia legal e os demais a garantia contratual, que é complementar àquela, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, contados a partir da data da entrega dos produtos;

8.2. Todos os produtos entregues à CONTRATANTE deverão ser originais de fábrica, sendo produto novo e comercializado normalmente através dos canais de revenda do fabricante. Essa comprovação deverá ser realizada através de declaração escrita e assinada pelo próprio fabricante (não serão aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais ou internet), original ou cópia autenticada e com data recente - máximo 90 dias, anterior ao pedido de entrega pela CONTRATANTE;

8.3. Na eventualidade de um dos itens do objeto não estar mais disponível no mercado, a CONTRATADA deverá substituir por um com a mesma qualidade e especificação técnica do produto fora de linha ou superior;

8.4. A CONTRATADA deverá entregar os produtos, identificado com seu CNPJ e a sua Razão Social, para homologação pela área técnica da CONTRATANTE. Deve acompanhar prospecto (documentação técnica) com as características técnicas detalhadas dos equipamentos, especificando Marca, Modelo, Código, Número de Série do produto e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e constatem as especificações cotadas.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.1. As empresas participantes do pregão eletrônico comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, pertinente e compatível (is) com o objeto desta licitação, podendo o (s) mesmo (s) ser (em) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado caso o (s) atestado (s) seja (m) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito privado, deverá (ão) preferencialmente ser (em) apresentado (s) com firma reconhecida em cartório, não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante;

9.1.2. Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos termos do artigo 50 da Lei nº 6.360/76;



- 9.1.3. Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da licitante;
- 9.1.4. Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União. Será permitida a apresentação de cópia autenticada do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à ANVISA, desde que tenha sido requerido nos termos do §6º do artigo 12 da Lei nº 6.360/76, em nome da licitante.
- 9.1.4.1. Caso o produto cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o produto de registro.
- 9.1.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada e estar dentro do prazo de validade.

10. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 10.1. Os materiais deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades da Coordenação de Farmácia da MDER, mediante a expedição de Ordem de Fornecimento pelo setor competente, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da respectiva solicitação, no Almojarifado da Maternidade Dona Evangelina Rosa, situado na Av. Higino Cunha, 1552, Bairro Ilhotas, Teresina – Piauí, no horário de 07h30min às 17h30min.
- 10.2. Uma vez solicitados os produtos pela CONTRATANTE, e estes apresentarem problemas técnicos e/ou defeitos de embalagem que impossibilitem ou dificultem seu uso, o referido produto deverá ser repostado pelo fornecedor na Coordenação de Farmácia da MDER, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de solicitação, que poderá ocorrer a qualquer tempo, para atendimento de urgências.
- 10.3. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA, nos casos em que se fizerem necessários.
- 10.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, pela equipe ou pessoa responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 10.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



10.6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante atesto de recebimento.

10.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.8. O Prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega, observando também a denominação de venda e a marca, identificação da origem, capacidade de armazenamento, prazo de validade e identificação do lote.

10.9. As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega do produto é de total responsabilidade da CONTRATADA.

11. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da Contratante:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- 12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 12.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 12.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 13.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 13.1.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, fretes – carrego e descarrego - decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 13.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 13.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14. DO PAGAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, podendo a Parte Específica do Contrato prever prazo inferior.

14.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens descritos na nota fiscal apresentada.

14.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

14.7. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a aquisição/fornecimento do objeto nomes de referência e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

14.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Gestor deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM= I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

14.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

14.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Decreto Estadual 15.093/2013, arts. 5º e 6º:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Em consonância com o Art. 72 e 78, caput, da Lei nº. 8.666/93, não será admitida a subcontratação do objeto da licitação.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice definido na



Parte Específica do Contrato exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas no Contrato.

18.1.1. A Parte Específica do Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

18.2. Conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002, comete infração administrativa aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

18.2.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 18.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

18.3. MULTA

a) A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a.1) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

a.2) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



a.3) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

b). Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

b.1) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b.2) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

b.3) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

c) Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

c.1) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c.2) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

18.4. ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

18.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí será aplicada nos seguintes prazos e situações:

b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;

b.1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

18.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

d) Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

18.7. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

18.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.9. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

19. DAS AMOSTRAS:

19.1. As amostras, quando solicitadas, terão critérios objetivos definidos e discriminados conforme descrição completa dos itens elencados na tabela do item 20 deste Termo de Referência.

19.2. A obrigatoriedade de amostras poderá ser dispensada mediante a autorização da Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa, por meio de pedido da dispensa justificada apresentada por parte da licitante que venha a ser avaliada e deferida pela Coordenação de Farmácia da MDER.

19.3. As amostras deverão ser apresentadas juntamente com os catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação.

19.4. Caso o material, por suas características, exija número maior de amostras para a realização do teste, o licitante será comunicado.

19.4.1. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação permanente,



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



quando for o caso. Os proponentes deverão constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas, bem como, o número do Registro do Produto na ANVISA ou sua dispensa, que deverá estar em conformidade com a amostra.

19.4.2. Os proponentes que enviarem amostras passíveis de devolução, poderão retirá-las, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da homologação do pregão/item, no mesmo local onde foram entregues. Após o prazo, se os produtos não forem retirados, a MDER se isenta da sua guarda.

19.4.3. O não atendimento a qualquer um dos requisitos acima torna a proposta do licitante para o item passível de desclassificação.

19.5. Será franqueada aos interessados à participação, inclusive dos demais licitantes, no acompanhamento do procedimento de avaliações das amostras.

19.6. A divulgação do resultado da avaliação será feita pelo Pregoeiro, a todos os licitantes, na fase de aceitação.

19.7. Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis a aceitação do material/equipamento, esses poderão ser utilizados como instrumento para desclassificação do item/grupo.

19.8. A amostra colocada à disposição da MDER, será tratada como protótipo, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos a testes necessários.

19.9. As avaliações das amostras, quando solicitadas, serão feitas por equipes de pelo menos 3 (três) funcionários da MDER, por meio de critérios objetivos relacionados com cada item pretendido.

19.10. Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço citado no sitem 19.11, o licitante deverá enviar para o endereço de e-mail: cpl@mder.pi.gov.br, o código de rastreamento referente aos envio/postagem da citada amostra.

19.10.1. O e-mail enviado com o código de rastreamento deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações: Nome da Empresa; CPNJ; Itens Postados; Telefone para contato; Número do Pregão; Data da Postagem.

19.11. As amostras deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação da Maternidade Dona Evangelina Rosa, localizada à Avenida Higino Cunha, 1552, bairro Ilhotas, Teresina-PI, CEP: 64.014-220, telefone: (86) 3218-1053, ramal 294, no horário de 8h00min às 16h00min.

20. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

20.1. Os valores estimados para o objeto do presente certame, conforme já mencionado no item 7 deste Termo de Referência, foram referendados pelo Parecer nº 212/2020/CGE-PI/GAB/CGA/NSSSP, sendo que os preços unitários e globais estimados representam os valores máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Item	Especificação	Quantidade	Unidade
01	DRENO TORÁXICO EM SILICONE Nº 36 FR - Dreno torácico estéril, calibre 36FR, confeccionado em 100% silicone de alta resistência e flexibilidade, não sofrendo envelhecimento, endurecimento, ou alteração de nenhuma de suas características, atóxico, apirogênico, possuindo linha radiopaca em toda sua extensão para visualização de seu posicionamento através de radiografia, furo indicador de posicionamento, extremidade arredondada e multiperfurada, medindo no mínimo 40cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal, pleural, cirurgia cardíaca e drenagem geral, acompanhado de conector universal ajustável. Esterilizado em óxido de etileno (ETO), em embalagens individuais, com abertura que permita técnica asséptica, constando externamente dados de identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	400	Unid
02	DRENO TORÁXICO EM SILICONE Nº 38 FR - Dreno torácico estéril, calibre 38FR, confeccionado em 100% silicone de alta resistência e flexibilidade, não sofrendo envelhecimento, endurecimento, ou alteração de nenhuma de suas características, atóxico, apirogênico, possuindo linha radiopaca em toda sua extensão para visualização de seu posicionamento através de radiografia, furo indicador de posicionamento, extremidade arredondada e multiperfurada, medindo no mínimo 40cm de comprimento, indicado para drenagem torácica, mediastinal, pleural, cirurgia cardíaca e drenagem geral, acompanhado de conector universal ajustável. Esterilizado em óxido de etileno (ETO), em embalagens individuais, com abertura que permita técnica asséptica, constando externamente dados de identificação, procedência, instruções de uso, data de fabricação e esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	400	Unid
03	ELETRODO ADULTO PARA ECG - Descartável, com adesivo de aderência eficiente. Aplicações de longa duração. Capa plástica que mantém a umidade do gel. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	40.000	Unid
04	ELETRODO NEONATAL PARA ECG - Dorso de não tecido de poliéster, coberto com adesivo acrílico hipoalergênico em uma das	16.000	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	faces e laminado com fita de polipropileno impresso na outra face. Gel acrílico com cloreto de potássio. Pino metálico de aço inox 304 e contra pino de polímero ABS reforçado com fibra de vidro recoberto com tratamento de prata/cloreto de prata e liner de poliéster. Eletrodo para monitorização. Uso para neonatos/neonatal. Não tecido. Adesivo hipoalérgico, poroso. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
05	EQUIPO DE SANGUE E HEMODERIVADOS PARA BOMBA DE INFUSÃO - Embalagem contendo externamente dados de procedência, identificação, número do lote, data e tipo de esterilização, validade e tamanho. O equipo deve ser original do fabricante e compatível com a bomba de infusão de fluidos da B. BRAUN. (AQUISIÇÃO PRÓPRIA DA INSTITUIÇÃO). EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	4.500	Unid
06	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO C/ FILTRO Equipo não fotossensível para infusão de soluções parenterais em bomba de infusão: ponta perfurante padrão ISSO, padrão macrogotas (1 ml = 20 gotas/minuto), câmara gotejadora com filtro de partículas de 15µm. Entrada de ar com filtro 0,22µ, tubo em PVC transparente com 2,60cm de comprimento, segmento de silicone, pinça rolete, látex free, conector luer lock reversível com o paciente, com filtro hidrófobo para eliminação do ar durante a realização do preenchimento. O equipo deve ser original do fabricante e compatível com a bomba de infusão de fluidos da B. BRAUN (AQUISIÇÃO PRÓPRIA DA INSTITUIÇÃO). EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	30.000	Unid
07	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO C/ FILTRO FOTOSSENSÍVEL - Equipo fotossensível, isento de látex, para infusão de soluções parenterais em bomba de infusão: ponta perfurante padrão ISSO, padrão macrogotas (1 ml = 20 gotas/minuto), câmara gotejadora com filtro de partículas de 15µm, entrada de ar com filtro 0,22µ, tubo em PVC âmbar com 2,85cm de comprimento, segmento de silicone, pinça rolete, látex free, conector luer lock reversível com o paciente, com filtro hidrófobo para eliminação do ar durante a realização do preenchimento. O equipo deve ser original do fabricante e compatível com a bomba de infusão de fluidos da B. BRAUN (AQUISIÇÃO PRÓPRIA DA INSTITUIÇÃO). COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	28.500	Unid
08	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO C/ FILTRO FOTOSSENSÍVEL - Equipo fotossensível, isento de látex, para	1.500	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	infusão de soluções parenterais em bomba de infusão: ponta perfurante padrão ISSO, padrão macrogotas (1 ml = 20 gotas/minuto), câmara gotejadora com filtro de partículas de 15µm, entrada de ar com filtro 0,22µ, tubo em PVC âmbar com 2,85cm de comprimento, segmento de silicone, pinça rolete, látex free, conector luer lock reversível com o paciente, com filtro hidrófobo para eliminação do ar durante a realização do preenchimento. O equipo deve ser original do fabricante e compatível com a bomba de infusão de fluidos da B. BRAUN (AQUISIÇÃO PRÓPRIA DA INSTITUIÇÃO). COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
09	EQUIPO PARA INFUSÃO SANGUÍNEA - Equipo infusão sanguínea, aplicação p/ hemotransfusões, material PVC cristal, tipo ponta perfurante, câmara dupla flexível, tipo filtro interno de 170m, tipo gotejador gota padrão, tipo pinça regulador de fluxo, tipo conector luer macho com tampa, estéril, descartável. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	10.000	Unid
10	EQUIPO PARA PVC (PRESSÃO VENOSA CENTRAL) - Tipo de equipo medidor de pressão venosa central, material PVC cristal, comprimento mín. 120cm, tipo câmara ponta perfurante com câmara com tampa, tipo gotejador gota padrão, tipo pinça regulador de fluxo e corta fluxo, tipo injetor com derivação em y, tipo conector luer fêmea e lock macho com tampa, característica adicional com escala graduada 40cm, estéril, descartável. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.700	Unid
11	EQUIPO PARA SORO MACROGOTAS C/ ELASTÔMERO TIPO Y - Equipo de infusão sem filtro de gotejamento, câmara de gotejamento, tubulação de PVC, regulador de fluxo tipo “y”, ditio de injeção em conector “y” e encaixe macho luer. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	82.000	Unid
12	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO ANTISSEPTICA COM DEGERMANTE - Escova descartável scrub mn- caixa com 48 escovas (conjunto escova/esponja- embebida em 10ml de PVPI- (iodopovidona 10%/ 1% iodo ativo). COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	95.000	Unid
13	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO ANTISSEPTICA COM DEGERMANTE - Escova descartável scrub mn- caixa com 48 escovas (conjunto escova/esponja- embebida em 10ml de PVPI-	5.000	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



	(iodopovidona 10%/ 1% iodo ativo). COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
14	ESPARADRAPO 10CM X 4,5M TECIDO 100% ALGODÃO E IMPERMEÁVEL - Massa adesiva de borracha natural, óxido de zinco e resinas. Hipoalergênico, bordas em picote e rolo com capa. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	13.300	Unid
15	ESPARADRAPO 10CM X 4,5M TECIDO 100% ALGODÃO E IMPERMEÁVEL - Massa adesiva de borracha natural, óxido de zinco e resinas. Hipoalergênico, bordas em picote e rolo com capa. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	700	Unid
16	ESPÉCULO GINECOLÓGICO DESCARTÁVEL TAM P Nº 1 - Produzido em poliestireno cristal, descartável, valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.300	Unid
17	ESPÉCULO GINECOLÓGICO DESCARTÁVEL TAM M Nº 2 - Produzido em poliestireno cristal, descartável, valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.700	Unid
18	ESPÉCULO GINECOLÓGICO DESCARTÁVEL TAM G Nº 3 - Produzido em poliestireno cristal, descartável, valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.300	Unid
19	ESPONJA GELATINOSA ABSORVÍVEL APROX. 10CM² - Esponja cirúrgica hemostática de gelatina, absorvível, dobrável, estéril, com grande poder hemostático, capaz de ser completamente absorvida em aproximadamente 4 a 6 semanas sem acarretar formação excessiva de tecido cicatricial, medindo aproximadamente 100cm ² . Contendo dados de identificação, numero de lote e validade rotulagem respeitando a legislação vigente.	250	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
20	ESTETOSCÓPIO ADULTO - Com sistema patenteado de diafragma flutuante que garante tensão uniforme proporcionando alta sensibilidade acústica, sino com dimensões superiores, anel-suporte de diafragma confeccionado em borracha, auscultador em aço inox. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	750	Unid
21	ESTETOSCÓPIO NEONATAL - Auscultadores com tamanho reduzido (2,8cm) para perfeita adaptação em recém-nascidos, em aço inoxidável; anéis de fixação do diafragma confeccionado em borracha, olivas anatômicas, haste montado com tudo preto de 71cm. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	500	Unid
22	EXTENSOR DUPLA VIA NEONATAL 13CM COM DOIS CLAMPS - Com luer de rotação com dois conectores valvulados em policarbonato livre de PVC e látex, esterilizado em raio gama, com pressão negativa inferior a 0,06, adaptado a todas as seringas, livre de agulhas, sistema fechado. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	7.000	Unid
23	FILME PARA ULTRASSONOGRRAFIA UPP-110S 110MMx20MM - Contendo externamente dados de procedência, identificação, nº de lote, data e tipo de esterilização, validade e tamanho. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.200	Rolo
24	FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO C/ ADESIVO ACRÍLICO -BISOLEAMIDA EBO - Filme transparente de poliuretano com adesivo acrílico, impregnado com etileno - biso leamida (ebo). EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	250	Rolo
25	FILTRO FANEM P/ INCUBADORA MOD 1186 CX COM 4 UNID (PEQUENO) - Compatíveis com a marca FANEM MODELO 1186. Produto original do fabricante contendo dados de identificação. Procedência, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	2.090	Caixa



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

26	FILTRO FANEM P/ INCUBADORA MOD 1186 CX COM 4 UNID (PEQUENO) - Compatíveis com a marca FANEM MODELO 1186. Produto original do fabricante contendo dados de identificação. Procedência, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	110	Caixa
27	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO BOUGIE ADULTO Dispositivo auxiliar imprescindível para facilitar a intubação traqueal em procedimentos anestésico/cirúrgicos de rotina e/ou em emergências; Descartável / estéril. Tamanho: Adulto para uso com tubos traqueais entre 5.5mm a 10,0 mm Comprimento: 70 cm Espessura: 5 mm (15F), Cor contrastante (amarelo brilhante): destaca visualmente o Guia para intubação Bougie durante as manobras; Superfície antiaderente, facilita o deslizar do tubo traqueal; Segmento distal angulado com marca visual indicativa em seu ponto de deflexão; Haste com escala graduada bilateral, dupla e invertida, proporciona referência de posicionamento para o uso do Guia para intubação Bougie em ambos os sentidos (extremidade angulada ou reta); Marcações situadas na face anterior do Guia para intubação Bougie favorecem a leitura durante o procedimento; Pontas arredondadas e traumáticas; Fabricado em Polietileno de baixa densidade com superfície ultra polida. Isento de látex. Apresentação: estéril, embalado em envelope individual com face transparente e pronto para uso imediato. Qualidade Internacional com certificação ISO 9000 e CE Empresa com Certificado de Boas Práticas (BPAD) Anvisa. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	15	Unid
28	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO BOUGIE PEDIÁTRICO Dispositivo auxiliar imprescindível para facilitar a intubação traqueal em procedimentos anestésico/cirúrgicos de rotina e/ou em emergências; Descartável / estéril. Tamanho: Adulto para uso com tubos traqueais entre 5.5mm a 10,0 mm Comprimento: 70 cm Espessura: 4 a 6 mm (10F), Cor contrastante (amarelo brilhante): destaca visualmente o Guia para intubação Bougie durante as manobras; Superfície antiaderente, facilita o deslizar do tubo traqueal; Segmento distal angulado com marca visual indicativa em seu ponto de deflexão; Haste com escala graduada bilateral, dupla e invertida, proporciona referência de posicionamento para o uso do Guia para intubação Bougie em ambos os sentidos (extremidade angulada ou reta); Marcações situadas na face anterior do Guia para intubação Bougie favorecem a leitura durante o procedimento; Pontas arredondadas e traumáticas; Fabricado em Polietileno de baixa densidade com superfície ultra polida. Isento de látex. Apresentação: estéril, embalado em envelope individual com face transparente e pronto para uso imediato. Qualidade Internacional com certificação	15	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	ISO 9000 e CE Empresa com Certificado de Boas Práticas (BPAD) Anvisa. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
29	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 0 (45CM X 2,5CM) PONTA TRIANGULAR REVERSA - Fio sutura absorvível 45cm, 3/8 corpo triangular, ponta triangular reversa, emb. individual em papel alumínio ou grau cirúrgico e filme termoplast, abertura em pétala, tipo, identificação, validade, norma ABNT NBR 13904/03, cx com 24 envelopes. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	500	Caixa
30	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 3-0 (45CM X2,5CM) PONTA PREMIUM - Nylon monofilamentar preto produzido pela condensação de uma mistura equimolar entre o Ácido Adípico e a Amina Hexametileno Diamina, formando uma Amida, caracterizada por dois radicais amidas nos carbonos 6 e 6. Sutura sintética monofilamentar, não absorvível. 45cm com agulha 3/8 corpo cilind.; ponta premium, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	28.500	Caixa
31	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 3-0 (45CM X2,5CM) PONTA PREMIUM - Nylon monofilamentar preto produzido pela condensação de uma mistura equimolar entre o Ácido Adípico e a Amina Hexametileno Diamina, formando uma Amida, caracterizada por dois radicais amidas nos carbonos 6 e 6. Sutura sintética monofilamentar, não absorvível. 45cm com agulha 3/8 corpo cilind.; ponta premium, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.500	Caixa
32	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 4-0 (45CM X 2,5CM) PONTA PREMIUM - Nylon monofilamentar preto produzido pela condensação de uma mistura equimolar entre o Ácido Adípico e a Amina Hexametileno Diamina, formando uma Amida, caracterizada por dois radicais amidas nos carbonos 6 e 6. Sutura sintética monofilamentar, não absorvível. 45cm com agulha 3/8 corpo cilind.; ponta premium, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	28.500	Caixa



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

33	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 4-0 (45CM X 2,5CM) PONTA PREMIUM - Nylon monofilamentar preto produzido pela condensação de uma mistura equimolar entre o Ácido Adípico e a Amina Hexametileno Diamina, formando uma Amida, caracterizada por dois radicais amidas nos carbonos 6 e 6. Sutura sintética monofilamentar, não absorvível. 45cm com agulha 3/8 corpo cilind.; ponta premium, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.500	Caixa
34	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 4-0 (90CM X 4,0CM) PONTA PREMIUM - Nylon monofilamentar preto produzido pela condensação de uma mistura equimolar entre o Ácido Adípico e a Amina Hexametileno Diamina, formando uma Amida, caracterizada por dois radicais amidas nos carbonos 6 e 6. Sutura sintética monofilamentar, não absorvível. 90cm com agulha 1/2 corpo cilind.; ponta premium, 4,0cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	14.250	Caixa
35	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 4-0 (90CM X 4,0CM) PONTA PREMIUM - Nylon monofilamentar preto produzido pela condensação de uma mistura equimolar entre o Ácido Adípico e a Amina Hexametileno Diamina, formando uma Amida, caracterizada por dois radicais amidas nos carbonos 6 e 6. Sutura sintética monofilamentar, não absorvível. 90cm com agulha 1/2 corpo cilind.; ponta premium, 4,0cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	750	Caixa
36	FIO SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 5-0 (45CM X 3,0CM) PONTA PREMIUM - Nylon monofilamentar preto produzido pela condensação de uma mistura equimolar entre o Ácido Adípico e a Amina Hexametileno Diamina, formando uma Amida, caracterizada por dois radicais amidas nos carbonos 6 e 6. Sutura sintética monofilamentar, não absorvível. 45cm com agulha 3/8 corpo cilind.; ponta premium, 3,0cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	30.000	Caixa
37	FIO SUTURA POLIGLACTINA TRANÇADO 5-0 (45CM X 2,5CM) PONTA TRIANGULAR REVERSA - Fio absorvível sintético, trançado, que é obtido através da polimerização dos monômeros de glicolida. A 90% e L-lactida a 10% que forma a	5.000	Caixa



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	<p>poliglactina 910. é revestido sinteticamente com poliglactina 370, ou seja: um copolímero que tem 30% de glicolida e 70% de L-lactida. 45cm com agulha 3/8 corpo cilíndrico; ponta triangular reversa, 2,5cm, envolvido em papel aluminizado. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env.</p> <p>EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.</p>		
38	<p>FIO SUTURA POLIGLECAPRONE 4-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CILÍNDRICA - Fio absorvível, monofilamentar, sintético, obtido através da polimerização de dois monômeros: Glicolida 75% e Caprolactone 25%. O resultado da polimerização é um copolímero chamado PGA-PCL (Poliglecaprone 25). 45cm com agulha 3/8 corpo cilíndrico; ponta cilíndrica, 2,5cm, envolvido em papel aluminado. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env.</p> <p>COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).</p>	16.150	Caixa
39	<p>FIO SUTURA POLIGLECAPRONE 4-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CILÍNDRICA - Fio absorvível, monofilamentar, sintético, obtido através da polimerização de dois monômeros: Glicolida 75% e Caprolactone 25%. O resultado da polimerização é um copolímero chamado PGA-PCL (Poliglecaprone 25). 45cm com agulha 3/8 corpo cilíndrico; ponta cilíndrica, 2,5cm, envolvido em papel aluminado. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env.</p> <p>COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.</p>	850	Caixa
40	<p>FIO SUTURA POLIGLECAPRONE 5-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CILÍNDRICA - Fio absorvível, monofilamentar, sintético, obtido através da polimerização de dois monômeros: Glicolida 75% e Caprolactone 25%. O resultado da polimerização é um copolímero chamado PGA-PCL (Poliglecaprone 25). 45cm com agulha 3/8 corpo cilíndrico; ponta cilíndrica, 2,5cm, envolvido em papel aluminado. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env.</p> <p>COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).</p>	16.150	Caixa
41	<p>FIO SUTURA POLIGLECAPRONE 5-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CILÍNDRICA - Fio absorvível, monofilamentar, sintético, obtido através da polimerização de dois monômeros: Glicolida 75% e Caprolactone 25%. O resultado da polimerização é um copolímero chamado PGA-PCL (Poliglecaprone 25). 45cm com agulha 3/8 corpo cilíndrico; ponta cilíndrica, 2,5cm, envolvido em papel aluminado. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env.</p> <p>COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.</p>	850	Caixa



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

42	FIO SUTURA POLIGLECAPRONE 5-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CORTANTE - Fio absorvível, monofilamentar, sintético, obtido através da polimerização de dois monômeros: Glicolida 75% e Caprolactone 25%. O resultado da polimerização é um copolímero chamado PGA-PCL (Poliglecaprone 25). 45cm com agulha 3/8 corpo cilíndrico; ponta cortante, 2,5cm, envolvido em papel aluminado. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	16.150	Caixa
43	FIO SUTURA POLIGLECAPRONE 5-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CORTANTE - Fio absorvível, monofilamentar, sintético, obtido através da polimerização de dois monômeros: Glicolida 75% e Caprolactone 25%. O resultado da polimerização é um copolímero chamado PGA-PCL (Poliglecaprone 25). 45cm com agulha 3/8 corpo cilíndrico; ponta cortante, 2,5cm, envolvido em papel aluminado. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	850	Caixa
44	FIO SUTURA POLIPROPILENO AZUL 2-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CÔNICA - Sutura sintética monofilamentar, não absorvível, proveniente de um estero-isômero cristalino isotático estirado de polipropileno. 45cm com agulha 3/8 corpo cilínd.; ponta cônica, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	7.000	Caixa
45	FIO SUTURA POLIPROPILENO AZUL 4-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CÔNICA - Sutura sintética monofilamentar, não absorvível, proveniente de um estero-isômero cristalino isotático estirado de polipropileno. 45cm com agulha 3/8 corpo cilínd.; ponta cônica, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	6.650	Caixa
46	FIO SUTURA POLIPROPILENO AZUL 4-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CÔNICA - Sutura sintética monofilamentar, não absorvível, proveniente de um estero-isômero cristalino isotático estirado de polipropileno. 45cm com agulha 3/8 corpo cilínd.; ponta cônica, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	350	Caixa



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

47	FIO SUTURA POLIPROPILENO AZUL 5-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CÔNICA - Sutura sintética monofilamentar, não absorvível, proveniente de um estero-isômero cristalino isotático estirado de polipropileno. 45cm com agulha 3/8 corpo cilind.; ponta cônica, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	6.650	Caixa
48	FIO SUTURA POLIPROPILENO AZUL 5-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CÔNICA - Sutura sintética monofilamentar, não absorvível, proveniente de um estero-isômero cristalino isotático estirado de polipropileno. 45cm com agulha 3/8 corpo cilind.; ponta cônica, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	350	Caixa
49	FIO SUTURA SINTÉTICO ALGODÃO AZUL 2-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CÔNICA - Fio não absorvível de origem vegetal e sintética, possuindo em sua composição 30% de algodão e um núcleo de poliéster trançado com 70%, 45cm, agulha 3/8 corpo cilind.; ponta cônica, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico, estéril. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	3.800	Caixa
50	FIO SUTURA SINTÉTICO ALGODÃO AZUL 2-0 (45CM X 2,5CM) PONTA CÔNICA - Fio não absorvível de origem vegetal e sintética, possuindo em sua composição 30% de algodão e um núcleo de poliéster trançado com 70%, 45cm, agulha 3/8 corpo cilind.; ponta cônica, 2,5cm, envolvido em papel grau cirúrgico, estéril. Norma NBR 13904/2003. Cx com 24 env. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	200	Caixa
51	FITA ADESIVA DE MICROPORE 10M X 2,5CM IMPERMEÁVEL - Na cor branca, tecido microporoso, massa adesiva a base de óxido de zinco e borracha, isento de substâncias alergênicas, embalagem tipo carretel com capa protetora. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	17.000	Unid
52	FITA DE ALGODÃO BRANCO TRANÇADO 0,3MM X 45CM (FITA UMBILICAL) - Fita umbilical, material algodão branco, largura 0,30mm, comprimento 45cm, embalagem individual, tipo uso descartável, esterilidade estéril. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual	7.000	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	16.212/2015.		
53	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL C/GEL ACIMA DE 70KG TAM G - Com proteção máxima 8 horas c/gel superabsorvente, difusor de líquidos, barreiras antivazamento aliados a seu formato anatômico, indicador de umidade e aloe vera. Produto hipoalergênico e dermatologicamente testado, contando com fitas adesivas. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	8.000	Unid
54	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL C/GEL SUPERABSORVENTE TAM. XG - Com proteção máxima 8 horas c/gel superabsorvente, difusor de líquidos, barreiras antivazamento aliados a seu formato anatômico, indicador de umidade e aloe vera. Produto hipoalergênico e dermatologicamente testado, contando com fitas adesivas. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	7.000	Unid
55	FRALDA INFANTIL DESCARTÁVEL ATÉ 5KG DE POLIETILENO, CELULOSE, ADESIVO, LÁTEX Confeccionada em material impermeável, com camadas de flocgel que permita proteção, com boa distribuição e retenção das eliminações deve possuir ajuste anatômico com adesivos laterais para uma boa fixação, barreira antivazamento. Embalagem deve conter data de fabricação, validade, nº de lote e procedência, registro na ANVISA ou isenção de registro do produto. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	200.000	Unid
56	FRASCO COLETOR P/ DRENAGEM TORÁCICA - CAP 1000ML - Indicado para coleta de drenagem torácica, mediastinal e gástrica. Frasco em PVC cristal rígido, graduado a cada 50 ml, com capacidade de 1000ml, com selo d'água, com tampa de rosca rápida e anel de vedação em silicone. Tubo extensor em PVC cristal flexível para ordenha, com espiral para evitar o acotovelamento do tubo e clamp corta fluxo. Contendo base de sustentação, alça em PVC para fixação e transporte, conector universal para dreno. Estéril, embalados individualmente, trazendo externamente os dados de identificação e procedência, data de fabricação e validade, e registro em órgão competente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	650	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

57	FRASCO COLETOR P/ DRENAGEM TORÁCICA - CAP 2000ML - Indicado para coleta de drenagem torácica, mediastinal e gástrica. Frasco em PVC cristal rígido, graduado a cada 50 ml, com capacidade de 2000ml, com selo d'água, com tampa de rosca rápida e anel de vedação em silicone. Tubo extensor em PVC cristal flexível para ordenha, com espiral para evitar o acotovelamento do tubo e clamp corta fluxo. Contendo base de sustentação, alça em PVC para fixação e transporte, conector universal para dreno. Estéril, embalados individualmente, trazendo externamente os dados de identificação e procedência, data de fabricação e validade, e registro em órgão competente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.100	Unid
58	GARROTE PARA PUNÇÃO VENOSA - Eficiente em procedimentos médico-hospitalares ambulatoriais que requeiram imobilização ou garroteamento do membro superior e inferior. Fecho em PVC, que permite um ajuste fácil e confortável. Tamanho Adulto. Botão de liberação rápida. Ideal para procedimentos de punção sanguínea em enfermagem ou medicina. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	1.300	Unid
59	GAZE IMPREGNADA EM HIDROGEL 10CM X 10CM Cobertura de gaze 100% algodão, não aderente, impregnada em hidrogel amorfo, transparente e viscoso, composto de água, propilenoglicol e glicerina. Atóxico e hipoalergênico. Auxilia na cicatrização da ferida. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	700	Unid
60	INALADOR DE SILICONE MÁSCARA ADULTO - Máscara adulto transparente de silicone, injetor, recipiente, nebulizador e extensão, contendo dados de identificação, procedência, data e tipo de esterilização, prazo de validade, número do lote. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	475	Kit
61	INALADOR DE SILICONE MÁSCARA ADULTO - Máscara adulto transparente de silicone, injetor, recipiente, nebulizador e extensão, contendo dados de identificação, procedência, data e tipo de esterilização, prazo de validade, número do lote. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	25	Kit
62	INALADOR DE SILICONE MÁSCARA INFANTIL - Máscara infantil, transparente de silicone, injetor, recipiente, nebulizador e	400	Kit



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	extensão. Contendo dados de identificação, procedência, data e tipo de esterilização, prazo de validade, número do lote. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
63	INDICADOR BIOLÓGICO - TESTE PARA AUTOCLAVE CLASSE 5 - Teste biológico autocontido para autoclaves a vapor saturado sob pressão assistido por vácuo, com tubo contendo esporos de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> , versão para liberação imediata disponível com população 106, com indicador químico classe 5 no interior do invólucro plástico e uma etiqueta identificadora com rótulos externos. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	4000	Unid
64	INDICADOR QUÍMICO INTERNO MULT. P/ VAPOR - Integrador químico classe 6 para monitoramento interno dos parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor saturado sobre pressão, devendo reagir aos valores estabelecidos para todas as variáveis críticas do processo conforme definidos em ciclos particulares de esterilização, como por exemplo um ciclo para prions (18 minutos a 134 °C). EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	70.000	Unid
65	KIT PAPANICOLAU TAM P - Contendo: 01 espéculo 01 escova cervical, 01 luva, 01 espátula modelo: Ayres, 01 estojo p.l. Papel, 01 lâmina de vidro. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	7.000	Kit
66	KIT PAPANICOLAU TAM M - Contendo: 01 espéculo 01 escova cervical, 01 luva, 01 espátula modelo: Ayres, 01 estojo p.l. Papel, 01 lâmina de vidro. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	7.000	Kit
67	KIT PAPANICOLAU TAM G - Contendo: 01 espéculo 01 escova cervical, 01 luva, 01 espátula modelo: Ayres, 01 estojo p.l. Papel, 01 lâmina de vidro. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	4.000	Kit
68	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 - Confeccionada em aço carbono, esterilizada a raio gama, embalada individualmente em forma de sache com inibidor de corrosão, que não permite a perfuração da	15.000	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	embalagem, garantindo a esterilização e prevenindo possíveis acidentes. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
69	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 - Confeccionada em aço carbono, esterilizada a raio gama, embalada individualmente em forma de sache com inibidor de corrosão, que não permite a perfuração da embalagem, garantindo a esterilização e prevenindo possíveis acidentes. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	8.000	Unid
70	LÂMINA DE BISTURI Nº 24 - Confeccionada em aço carbono, esterilizada a raio gama, embalada individualmente em forma de sache com inibidor de corrosão, que não permite a perfuração da embalagem, garantindo a esterilização e prevenindo possíveis acidentes. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	50.000	Unid
71	LENÇOL DE PAPEL DESCARTÁVEL 100% CELULOSE 70CM - LARGURA Lençol descartável, na cor branco, material papel, largura 0.70m, comprimento 50m, apresentação rolo. Contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade, lote e registro no MS. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	7.000	Rolo
72	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 6 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	130.000	Unid
73	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 6,5 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	123.500	Par
74	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 6,5 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm	6.500	Par



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



	comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
75	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 07 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm de comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	123.500	Par
76	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 07 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm de comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	6.500	Par
77	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 7,5 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	123.500	Par
78	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 7,5 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	6.500	Par
79	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL EM LÁTEX NATURAL Nº 08 - Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	80.000	Par
80	LUVA PARA PROCEDIMENTO DE VINIL TAM P Integro e uniforme, confeccionada em PVC, formato anatômico, ambidestra,	180.000	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



	sem pó, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
81	LUVA PARA PROCEDIMENTO DE VINIL TAM M Integro e uniforme, confeccionada em PVC, formato anatômico, ambidestra, sem pó, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	100.000	Unid
82	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LÁTEX NATURAL TAM P - Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	4.750.000	Unid
83	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LÁTEX NATURAL TAM P - Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	250.000	Unid
84	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LÁTEX NATURAL TAM M - Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	5.225.000	Unid
85	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LÁTEX NATURAL TAM M - Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	275.000	Unid
86	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LÁTEX NATURAL TAM G - Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO).	712.500	Unid
87	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LÁTEX NATURAL TAM G - Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril.	37.500	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

	COTA RESERVADA (5%) para ME E MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.		
88	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL (ANTIALÉRGICA) - Luva plástica para procedimento não cirúrgico, tamanho único, em polietileno de alta densidade, ambidestra, transparente, estéril, descartável. Embalagem individual asséptica. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	250	Unid
89	MÁSCARA COM COXIM INFLÁVEL EM PVC Nº 0 Máscaras para anestesia ou exercício respiratório constituída de coxim inflável com válvula insufladora não metálica, vulcanizada sem emendas e bojo em policarbonato transparente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	20	Unid
90	MÁSCARA COM COXIM INFLÁVEL EM PVC Nº 1 Máscaras para anestesia ou exercício respiratório constituída de coxim inflável com válvula insufladora não metálica, vulcanizada sem emendas e bojo em policarbonato transparente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	20	Unid
91	MÁSCARA COM COXIM INFLÁVEL EM PVC Nº 2 Máscaras para anestesia ou exercício respiratório constituída de coxim inflável com válvula insufladora não metálica, vulcanizada sem emendas e bojo em policarbonato transparente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	20	Unid
92	MÁSCARA COM COXIM INFLÁVEL EM PVC Nº 3 Máscaras para anestesia ou exercício respiratório constituída de coxim inflável com válvula insufladora não metálica, vulcanizada sem emendas e bojo em policarbonato transparente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	20	Unid
93	MÁSCARA COM COXIM INFLÁVEL EM PVC Nº 4 Máscaras para anestesia ou exercício respiratório constituída de coxim inflável com válvula insufladora não metálica, vulcanizada sem emendas e bojo em policarbonato transparente. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	20	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

94	MÁSCARA DE SILICONE PARA REANIMADOR MANUAL Nº 00 - Coxim em silicone translúcido, flexível, sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade, lote e registro no MS. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	700	Unid
95	MÁSCARA DE SILICONE PARA REANIMADOR MANUAL Nº 0 - Coxim em silicone translúcido, flexível, sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade, lote e registro no MS. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	700	Unid
96	MÁSCARA DE SILICONE PARA REANIMADOR MANUAL Nº 1 - Coxim em silicone translúcido, flexível, sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade, lote e registro no MS. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	500	Unid
97	MÁSCARA DE SILICONE PARA REANIMADOR MANUAL Nº 2 - Coxim em silicone translúcido, flexível, sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade, lote e registro no MS. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	200	Unid
98	MÁSCARA DE TRAQUEOSTOMIA COM CONECTOR 360º ADULTO - Composição: Policloreto de Vinila (PVC), Polipropileno (PP) e borracha sintética. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	10	Unid
99	MÁSCARA DE TRAQUEOSTOMIA NEONATAL - Confeccionada em vinil macio e transparente, material atóxico e flexível, com faixa ajustável, com cúpula em acrílico transparente para visualização. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	200	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

100	MÁSCARA DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA FACIAL ADULTO TAM M - Tipo de Máscara: facial, Material da almofada: silicone, Apoio de testa: não, Clipes de Atalho: sim, Almofada Substituível: sim, Peso: +/- 90 gramas, Fixador ajustável com velcros na parte superior e inferior da armação da máscara. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	40	Unid
101	MÁSCARA DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA NASAL ADULTO TAM P - Tipo de Máscara: nasal, Material da almofada: silicone, Apoio de testa: sim, Clipes de Atalho: sim, Almofada Substituível: sim, Peso: +/- 55 gramas, Fixador da cabeça: tamanho único 100% ajustável através das tiras de velcro e presilhas que fazem a conexão das tiras inferiores do fixador com a armação da máscara. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	20	Unid
102	MÁSCARA DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA NASAL ADULTO TAM M - Tipo de Máscara: nasal, Material da almofada: silicone, Apoio de testa: sim, Clipes de Atalho: sim, Almofada Substituível: sim, Peso: +/- 55 gramas, Fixador da cabeça: tamanho único 100% ajustável através das tiras de velcro e presilhas que fazem a conexão das tiras inferiores do fixador com a armação da máscara. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	40	Unid
103	MÁSCARA DE VENTURI NEONATAL - Sistema de alto fluxo composto por: máscara facial, tamanho neonatal, material de silicone transparente, atóxica, com adaptação anatômica, permitindo a visualização da face do paciente ; traquéia corrugada, extensão para oxigênio; 06 válvulas de cores diferentes (azul, amarelo, branco, verde, vermelho e laranja) e adaptador para incremento de nebulização/umidificação. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	200	Unid
104	MÁSCARA HOSPITALAR LÁTEX FREE PFF2 - CA 8357 Destinada à proteção das vias respiratórias dos trabalhadores da área de saúde contra exposição de agentes biológicos causadores de tuberculose, rubéola, SRAG/SRAS, varicela, sarampo, gripes H1N1 e H5N1, etc. EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.	7.000	Unid
105	MÁSCARA LARÍNGEA REUTILIZÁVEL Nº 2 - Utilizada para paciente de 10 a 20 Kg, até 10 ml de capacidade, dispositivo	20	Unid



A VIDA COMEÇA
AQUI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



orofaríngeo tubular para manuseio supra glótico das vias aéreas. Fabricado em silicone, totalmente isento de látex, podendo ser autoclavável, devidamente embalado em embalagem íntegra, contendo externamente os dados de fabricação, procedência, lote e validade, registro no MS. Constituída por: conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (ISO) tubo condutor da via aérea, largo, flexível, formato anatômico em "L", sem acotovelamento, transparente que permita a visualização de secreção ou regurgitamento; dobrável até 180°, manguito pneumático com bordas lisas e arredondadas, que minimizam a ocorrência de trauma e facilite a inserção, adaptável a conformação da hipofaringe, promovendo um selamento com as estruturas supra glóticas da laringe. Seu lúmen deve estar voltado para a abertura glótica e em continuidade ao tubo condutor da via aérea; válvula de retenção unidirecional que retém o ar insuflado no manguito da máscara, até que seja novamente esvaziado; balão piloto, indicador aproximado da pressão correspondente ao interior do manguito. Tubo de enchimento - passagem do ar para dentro e fora do manguito pneumático; linha de referência - linha longitudinal contínua de cor preta na face convexa do tubo condutor, que indique o correto posicionamento da sonda laríngea em relação ao paciente, esta linha deve estar sempre voltada no sentido do nariz do paciente.

EXCLUSIVA para ME, MEI e EPP. Decreto Estadual 16.212/2015.



ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (...)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2020.
PROCESSO Nº AA.907.1.001842/19-51.**

O Estado do Piauí, por intermédio da Maternidade Dona Evangelina Rosa, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede à Avenida Higino Cunha, nº 1552, bairro Ilhotas, Teresina-PI, CEP: 64.014-220, neste ato representado por seu Diretor Geral, **DR. FRANCISCO DE MACÊDO NETO**, portador da Cédula de Identidade nº 199.940 – SSP/PI, CPF nº 160.292.243-72, tendo em vista a homologação do **Pregão Eletrônico nº 08/2020**, para Registro de Preços indicado em epígrafe, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº **AA.907.1.001842/19-51**, vinculado ao Parecer Jurídico PGE/PLC nº xxx/2020, e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 6.301/2013, bem como com os Decretos Estaduais nº s 11.319/2004 e 15.093/2013, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e em conformidade com as disposições a seguir:

01. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, especificado(s) no Termo de Referência anexo do edital de **Pregão Eletrônico nº 08/2020-CPL/MDER/SESAPI**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

02. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X							



03. VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de publicação deste instrumento, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja interesse da Administração e aceitação da parte, conforme art. 3º da Lei Estadual 6.301/2013 e art. 11º do Decreto Estadual 11.319/2004.

04. REVISÃO DE PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA

4.1. Todos os preços registrados serão publicados trimestralmente no Diário Oficial do Estado, para orientação geral da Administração e servirão de base para conferência dos preços praticados no mercado local.

4.2. Durante a vigência da ata os preços registrados poderão ser revisados quando os praticados no mercado sofrerem redução ou tornarem-se superiores aos registrados por motivo superveniente, cabendo ao órgão controlador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao normalmente praticado no mercado, o órgão controlador deverá proceder da seguinte forma:

4.3.1. Deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua regular adequação aos preços de mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação o fornecedor deverá ser liberado dos compromissos assumidos;

4.3.3. Convocará os demais fornecedores registrados, se houver, visando igual oportunidade de negociação.

4.4. A atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos no edital para a variação do valor contratual.

4.5. Nos termos do art. 29 do Decreto Estadual nº 11.319/2004, o fornecedor deverá ter seu registro cancelado quando:

4.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.5.2. Não comparecer para retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.5.4. Tiver presentes razões de interesse público;

4.5.5. Der causa a rescisão administrativa por qualquer dos motivos previstos no art. 78, da Lei n. 8.666/93.

4.6. Caberá ao órgão controlador, em despacho fundamentado da autoridade competente, cancelar o registro, desde que nas hipóteses previstas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

4.7. No caso da existência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, desde que possam comprometer a execução contratual, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do registro de seus preços.



4.7.1. O prazo de solicitação de cancelamento do registro de preços, por parte do fornecedor, é de 30 dias.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

05. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Contrato.

5.2. Esta Ata não obriga a Administração a firmar contratações com o fornecedor, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos bens registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

5.3. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020.
PROCESSO Nº AA.907.1.001842/19-51.**

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº (...) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA (...)

O Estado do Piauí, por intermédio da Maternidade Dona Evangelina Rosa, inscrita no CNPJ sob o nº (...), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, com sede à Av. Higino Cunha, nº 1552, bairro Ilhotas, Teresina-PI, CEP: 64.014-220, neste ato representado pelo Diretor Geral, Dr. Francisco de Macêdo Neto, brasileiro, portador do RG nº xxxxxxxxx SSP-PI e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado xxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede e foro na cidade de xxxxxxxxxx, Estado do xxxxxxxxxxxxxx, estabelecida à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, aqui representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxx inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da carteira de identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada abreviadamente CONTRATADA, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico nº xxxxxx, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº AA.900.1.001873/19-61, vinculado ao Parecer Jurídico PGE/PLC nº xxxxxxxx e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, as quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica**, incluído o termo de referência que acompanha o edital, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição do objeto descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de



Referência do Edital do Pregão identificado no preâmbulo, e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 3.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na **Parte Específica**.
- 3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na **Parte Específica**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto na **Parte Específica**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo previsto na **Parte Específica**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 3.4.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere o subitem anterior artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, situação na qual será responsabilizado o fiscal ou comissão responsável pela fiscalização.
- 3.5. O recebimento provisório ou definitivo ocorrerá mediante termo circunstanciado ou recibo, conforme definido na **Parte Específica**.
- 3.6. Nos termos do art. 15, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, e art. 7º, 1º, do Decreto Estadual nº 15.093/2013, o recebimento provisório ou definitivo de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será feito por comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.
- 3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

- 4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na Parte Específica.
- 4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, podendo a **Parte Específica** deste Contrato prever prazo inferior.
- 5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens descritos na nota fiscal apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a aquisição/fornecimento do objeto nomes de referência e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Gestor deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM= I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Decreto Estadual 15.093/2013, arts. 5º e 6º:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice definido na Parte Específica deste Contrato exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 8.1. A **Parte Específica** poderá prever, em conformidade com o disposto no Edital, a prestação de garantia pelo licitante vencedor como condição para a assinatura do contrato.
- 8.2. O prazo de validade da garantia está previsto na **Parte Específica** do contrato e deverá ser superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.
- 8.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 8.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.
- 8.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.



CLAÚSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAÚSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

10.1.1.1. As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Edital. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

10.1.1.2. O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na **Parte Específica**.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na **Parte Específica**, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo previsto na **Parte Específica**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.7. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A empresa vencedora do certame deverá dar garantia do fabricante conforme previsto na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002, comete infração administrativa aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.2.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF/PI, pelo prazo de até cinco anos.

12.3. MULTA

a) A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos bens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



- a.1)** de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- a.2)** de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- a.3)** de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- b).** Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
- b.1)** Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b.2)** Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- b.3)** Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
- c)** Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
- c.1)** Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- c.2)** Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.4. ADVERTÊNCIA

- a)** A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
- a.1)** Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- a.2)** Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- a.3)** Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

12.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

- a)** A suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;
- b)** A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado do Piauí será aplicada nos seguintes prazos e situações:
- b.1)** Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:
- b.1.1)** Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Estado do Piauí;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



b1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) Por um ano:

b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante.

b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:

b.3.1) Não concluir os fornecimentos contratados;

b.3.2) Fornecer bens em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante.

12.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Estado do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Estado do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:

c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c.2) praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Estado do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da contratante, em caso de reincidência;

c.5) apresentar qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



d) Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.7. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.9. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A rescisão por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 8.666/93:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

13.3.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, na Lei



10.5200/02 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na **Parte Específica**, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2. A vigência do contrato somente poderá ser prorrogada nos seguintes casos, conforme art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, após a oitiva da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí:

- a) alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Administrativo: AA.907.1.001842/19-51. Espécie de Licitação: PREGÃO SRP, NA FORMA ELETRÔNICA.

<p>2.1</p>	<p>O objeto do presente contrato é fornecimento de material médico hospitalar, visando o atendimento das necessidades da Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.</p> <table border="1" data-bbox="451 566 1463 846"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição</th> <th>Identificação / CATMAT</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>Quantidade</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>02</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>...</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Item	Descrição	Identificação / CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor	01						02						03						...					
Item	Descrição	Identificação / CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor																										
01																															
02																															
03																															
...																															
<p>3.1.</p>	<p>O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento e nota de empenho, em remessa <i>parcelada</i> no seguinte endereço: Coordenação de Farmácia da Maternidade Dona Evangelina Rosa, localizada na Av. Higino Cunha, nº 1552, bairro Ilhotas, Teresina-PI, CEP: 64.014-220.</p>																														
<p>3.2</p>	<p>(X) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias.</p>																														
<p>3.3</p>	<p>O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de 02 (dois) dias.</p>																														
<p>3.4</p>	<p>Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias.</p>																														
<p>3.5</p>	<p>(X) O recebimento ocorrerá mediante Termo Circunstanciado, conforme art. 73, §1º, da Lei nº 8.666/93.</p>																														
<p>4.1.</p>	<p>O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ _____.</p>																														
<p>5.1.</p>	<p>O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.</p>																														
<p>6.1.1.</p>	<p>Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCAE, calculado pelo IBGE.</p>																														

<p>7.1.</p>	<p>As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista para o exercício de (2020), na classificação abaixo:</p> <p>Gestão/Unidade: _____.</p> <p>Programa: _____.</p> <p>Projeto/Atividade: _____.</p> <p>Função: _____.</p> <p>Subfunção: _____.</p> <p>Natureza da Despesa: _____.</p> <p>Fonte de Recursos: _____.</p>
<p>8.1.</p>	<p>(X) Não será exigida garantia de execução da contratada.</p>
<p>10.1.1.2</p>	<p>O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.</p>
<p>10.1.3</p>	<p>O objeto com avarias ou defeitos deverá ser substituído no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p>
<p>10.1.4.</p>	<p>Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.</p>
<p>10.2.</p>	<p>10.2. Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATADA:</p> <p>10.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:</p> <p>10.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: <i>marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;</i></p> <p>10.2.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas,</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



	<p>encargos, fretes – carregos e descarregos - decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;</p> <p>10.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);</p> <p>10.2.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;</p> <p>10.2.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;</p> <p>10.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;</p> <p>10.2.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.</p>
11.4.	(X) Não se aplica ao caso a exigência de garantia do fabricante.
15.1.	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de da data da assinatura.

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina-PI, _____, de _____, de 2020.

(NOME DA AUTORIDADE)
ÓRGÃO CONTRATANTE

(EMPRESA)
(REPRESENTANTE – CARGO)
CONTRATADA



ANEXO IV - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

À Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER,

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020** – Comissão Permanente de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: REPRESENTANTE E CARGO: CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: ENDEREÇO e TELEFONE: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PROPOSTA DE PREÇO

Item	Descrição do Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Valor total da proposta: R\$ (por extenso)

*** Descrever o item conforme especificações detalhadas no Termo de Referência**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



2.2. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3. O Prazo de Entrega é de 15 (quinze) dias corridos, a partir da emissão da nota de empenho.

2.4. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.), cotados separados e incidentes sobre a prestação de serviços.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO.

REFERÊNCIA:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 – CPL/MDER/SESAPI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.907.1.001842/19-51.

DECLARAÇÃO

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita (o) no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (Endereço Completo), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020-CPL/MDER/SESAPI, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, em cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, DECLARA, sob as penalidades da lei, **expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.**

LOCAL / DATA

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG / CPF



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E
EQUIPARADAS.

REFERÊNCIA:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 – CPL/MDER/SESAPI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.907.1.001842/19-51.

DECLARAÇÃO

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita (o) no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020-CPL/MDER/SESAPI, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, em cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, **expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº123, de 14 e dezembro de 2006.**

LOCAL / DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME:

RG / CPF:



ANEXO VII - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

REFERÊNCIA:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 – CPL/MDER/SESAPI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.907.1.001842/19-51.**

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2020, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

LOCAL / DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME:

RG / CPF:



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88.

REFERÊNCIA:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 – CPL/MDER/SESAPI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.907.1.001842/19-51.

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrito (a) no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____ (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz:

() SIM

() NÃO

LOCAL / DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME:
RG / CPF: